ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

Desafios e oportunidades do desenvolvimento sustentável e as parcerias público privadas para gestão de reservas e parques naturais

BERNARDO ISSA

ICMBio – Finalidades e Competências

Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (art. 1º)

- Executar a política nacional de unidades de conservação federais
- Uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais
- Pesquisa, preservação e conservação da biodiversidade (espécies ameaçadas)
- Fiscalização ambiental para a proteção das unidades de conservação
- Uso público e ecoturismo

Unidades de Conservação

335
Unidades de Conservação

681
RPPN Federais

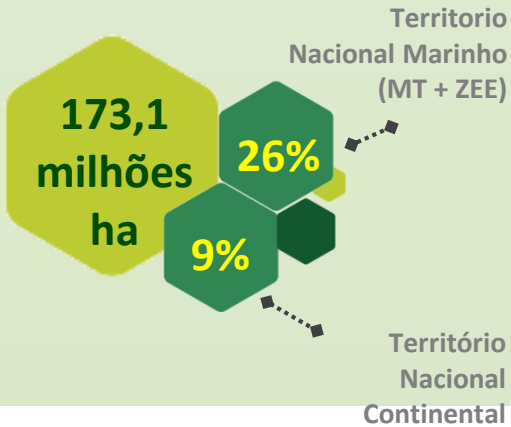
150
UC de Proteção Integral

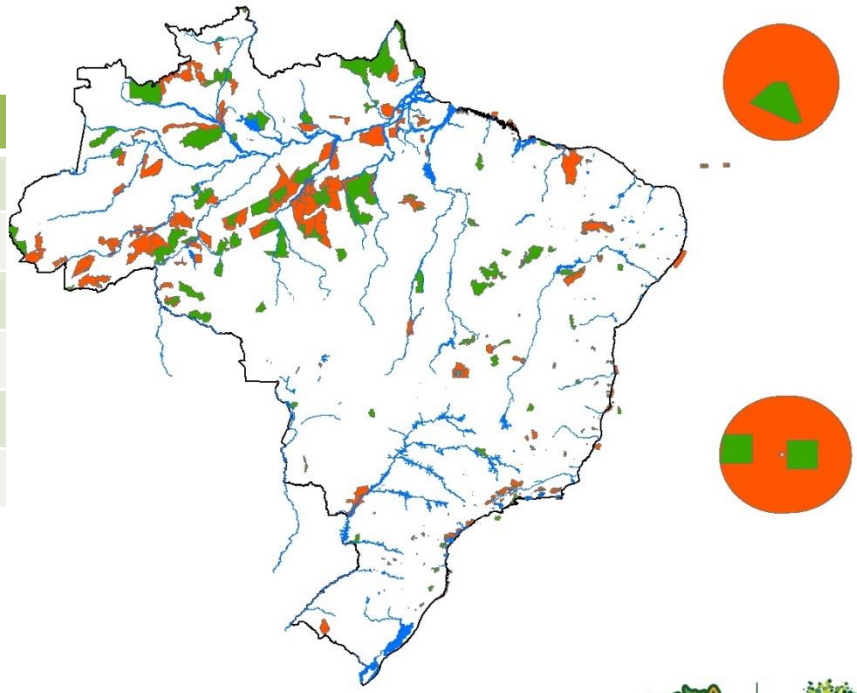
185
UC de Uso Sustentável

Estação Ecológica	31
Monumento Natural	5
Parque Nacional	74
Refúgio de Vida Silvestre	9
Reserva Biológica	31

Área de Proteção Ambiental	37
Área de Relevante Interesse Ecológico	13
Floresta Nacioal	67
Reserva Extrativista	66
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2
Reserva Particular do Patrimônio Natural	681

777
Municípios

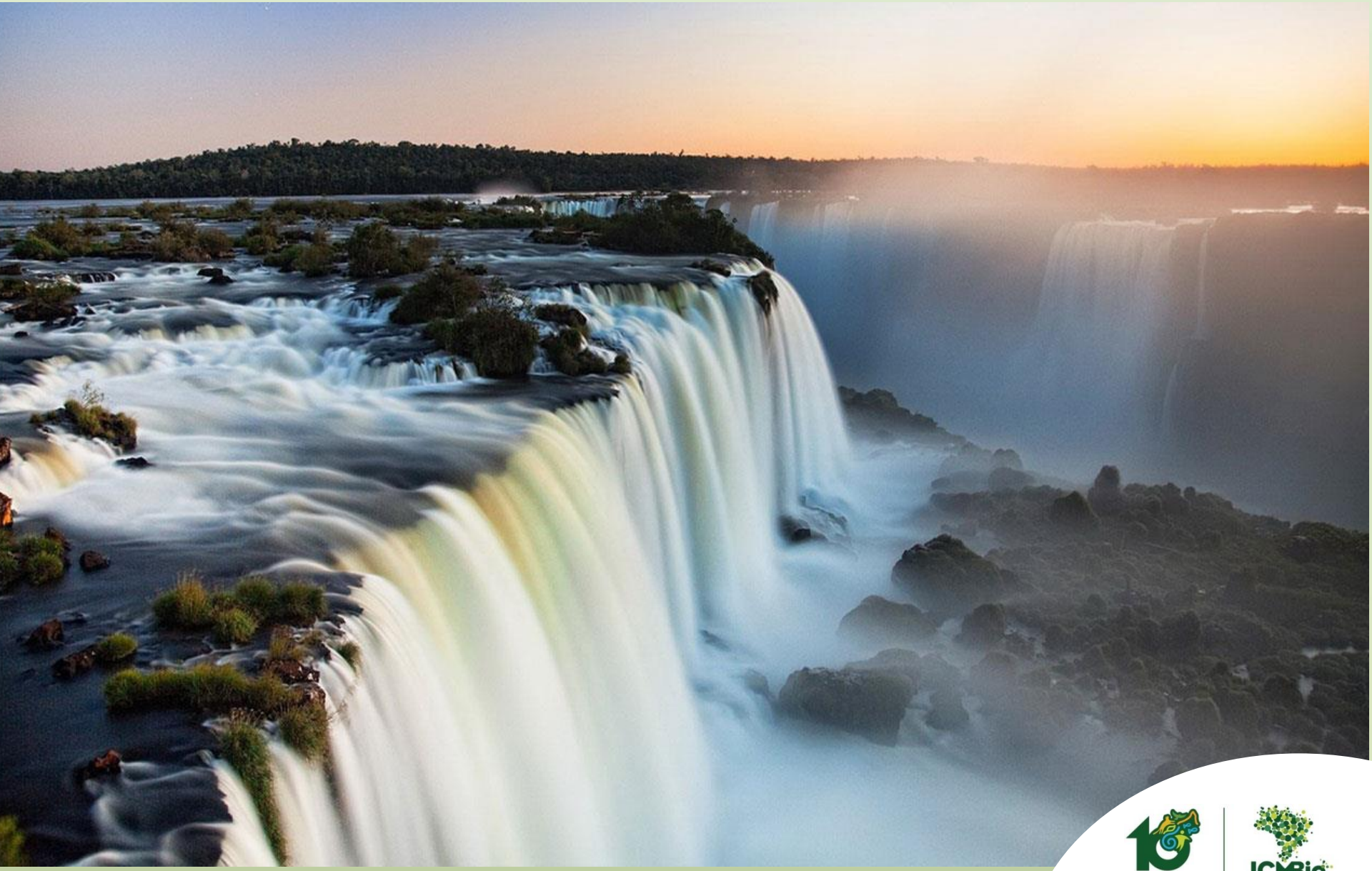




Sete sítios Naturais do Patrimônio Mundial

10 ANOS

ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA



10
ANOS
ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

10 ANOS

ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

10 ANOS

ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

10 ANOS

ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

10 ANOS

ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

O Brasil ocupa o **primeiro** lugar no ranking de competitividade no quesito **recursos naturais**, conforme estudo do Forum Económico Mundial.
Porém ocupa a **27º posição global** no mesmo ranking.

G1 TURISMO E VIAGEM

Brasil tem potencial turístico rico, mas desperdiçado por problemas estruturais, revela ranking internacional

País concentra os mais atraentes patrimônios naturais e biodiversidade numa lista de 136 países, mas perde pontos em áreas como segurança, infraestrutura e mão de obra.

PARQUES NACIONAIS: DESAFIOS

SUPER INTERESSANTE — Edição do mês | Vídeos | Blogs | Acervo Digit

Sociedade

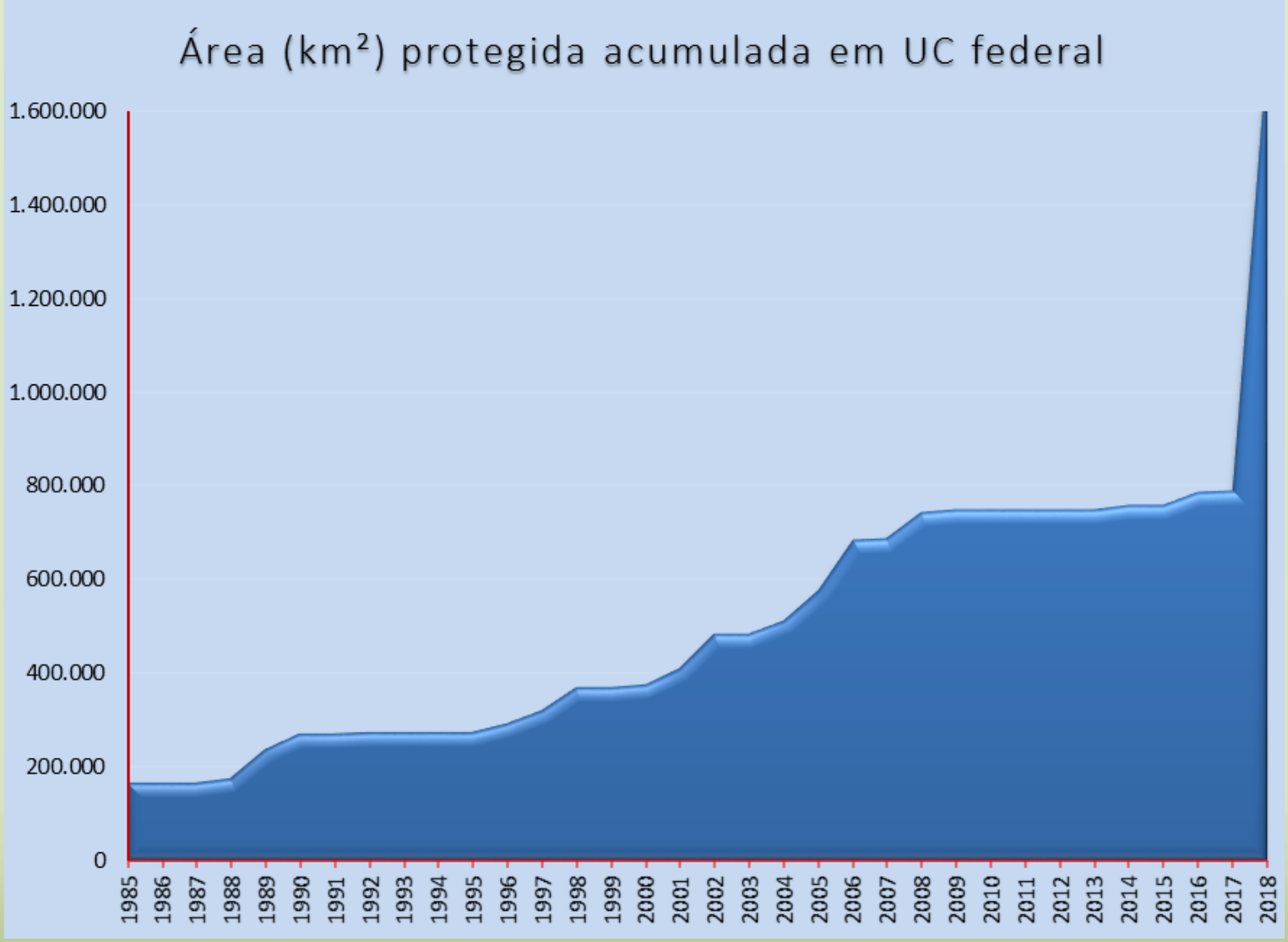
Por que ninguém viaja para o Brasil?

Enquanto o turismo cresce no mundo, o Brasil inteiro recebe menos visitantes que Miami. Onde estamos errando?

Por Betina Neves
1 nov 2017, 15h20 - Publicado em 4 jun 2016, 16h50

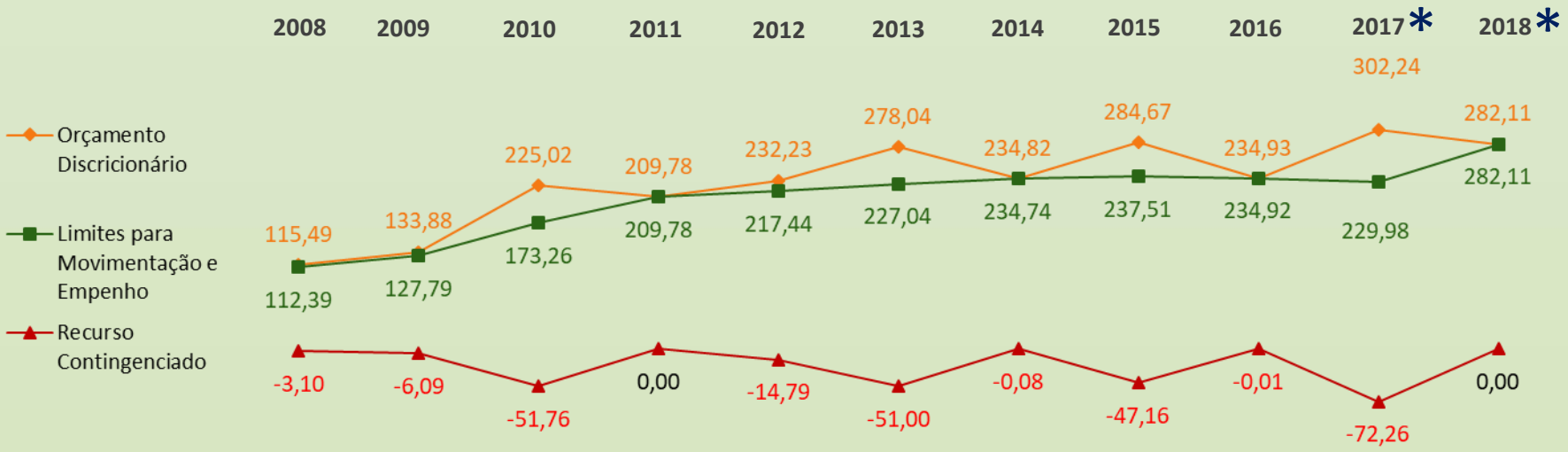
Parques largados: dos nossos 71 parques nacionais, poucos têm trilhas sinalizadas, guias, áreas de camping e pousadas. Resultado: eles recebem só 7,1 milhões de visitantes por ano, contra 307 milhões nos dos EUA (/)

Criação de unidades de conservação federais



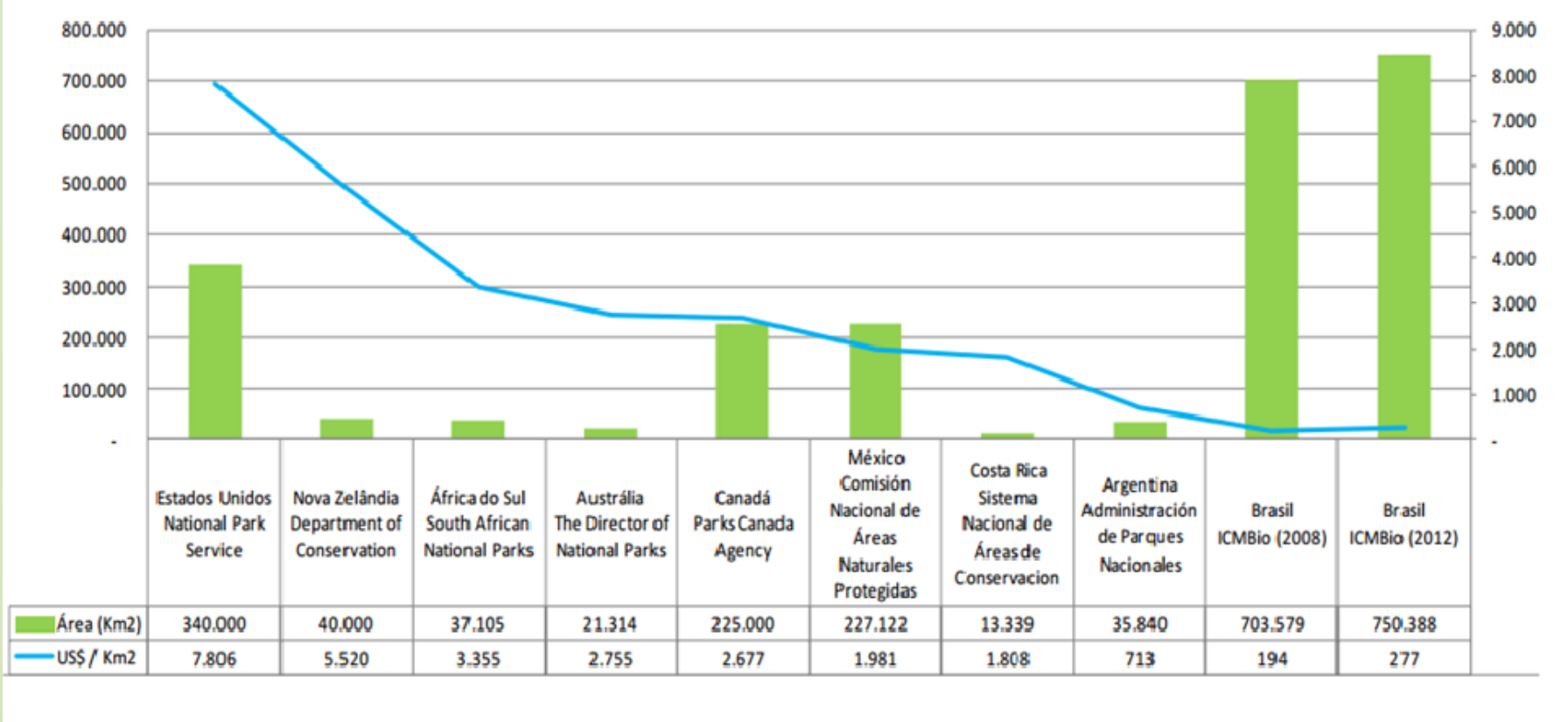
Orçamento e Mão de Obra - Evolução de 2008 a 2018

Evolução orçamento



Evolução de quantitativo de servidores

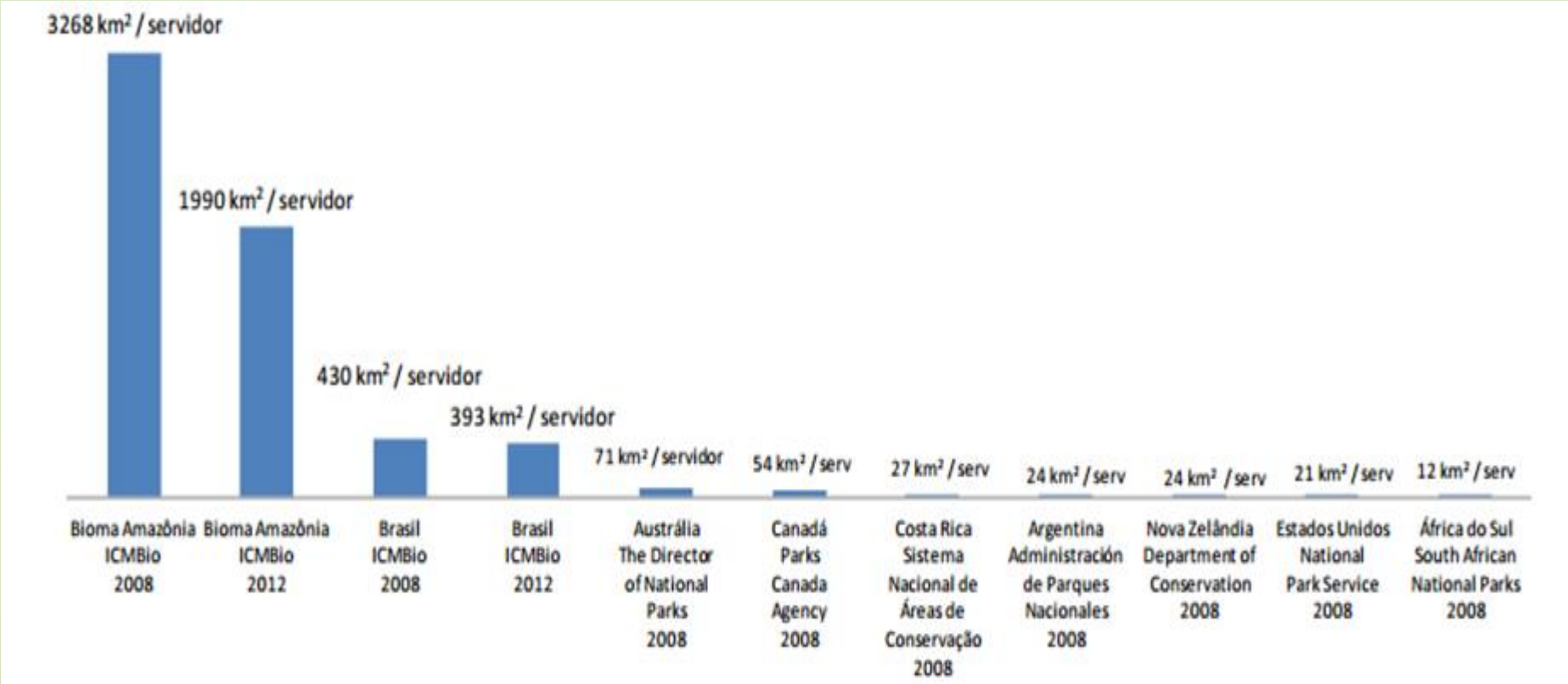
Área Protegida e Recursos Financeiros por Km² do Principal Órgão de Cada País



	Estados Unidos National Park Service	Nova Zelândia Department of Conservation	África do Sul South African National Parks	Austrália The Director of National Parks	Canadá Parks Canada Agency	México Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas	Costa Rica Sistema Nacional de Áreas de Conservacion	Argentina Administración de Parques Nacionales	Brasil ICMBio (2008)	Brasil ICMBio (2012)
Área (Km2)	340.000	40.000	37.105	21.314	225.000	227.122	13.339	35.840	703.579	750.388
US$ / Km2	7.806	5.520	3.355	2.755	2.677	1.981	1.808	713	194	277

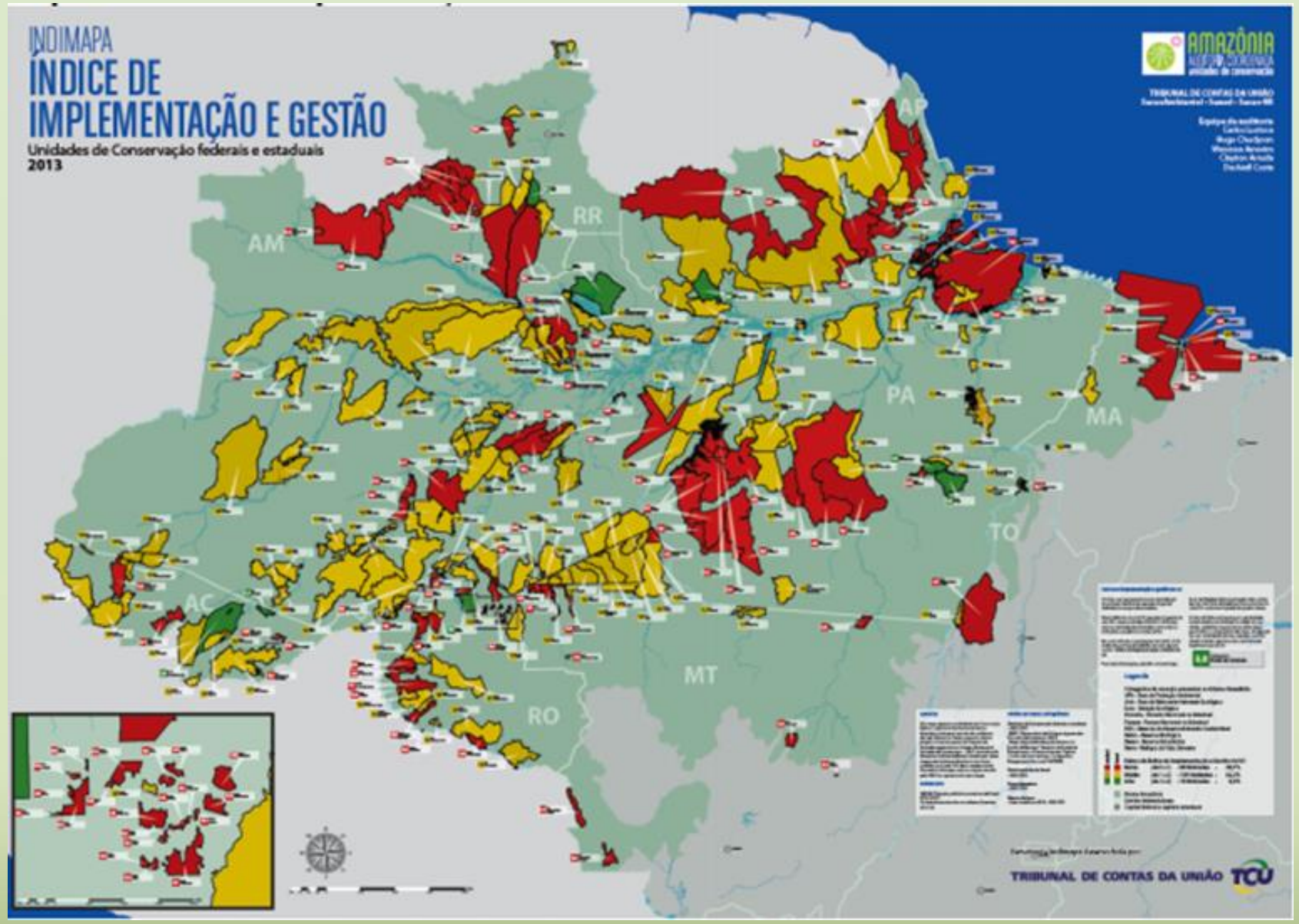
Fonte: Relatório de auditoria TCU - Sistemas nacionais de gestão da biodiversidade e de unidades de conservação: análise internacional comparada

Relação de área (km²) por Servidor Efetivo



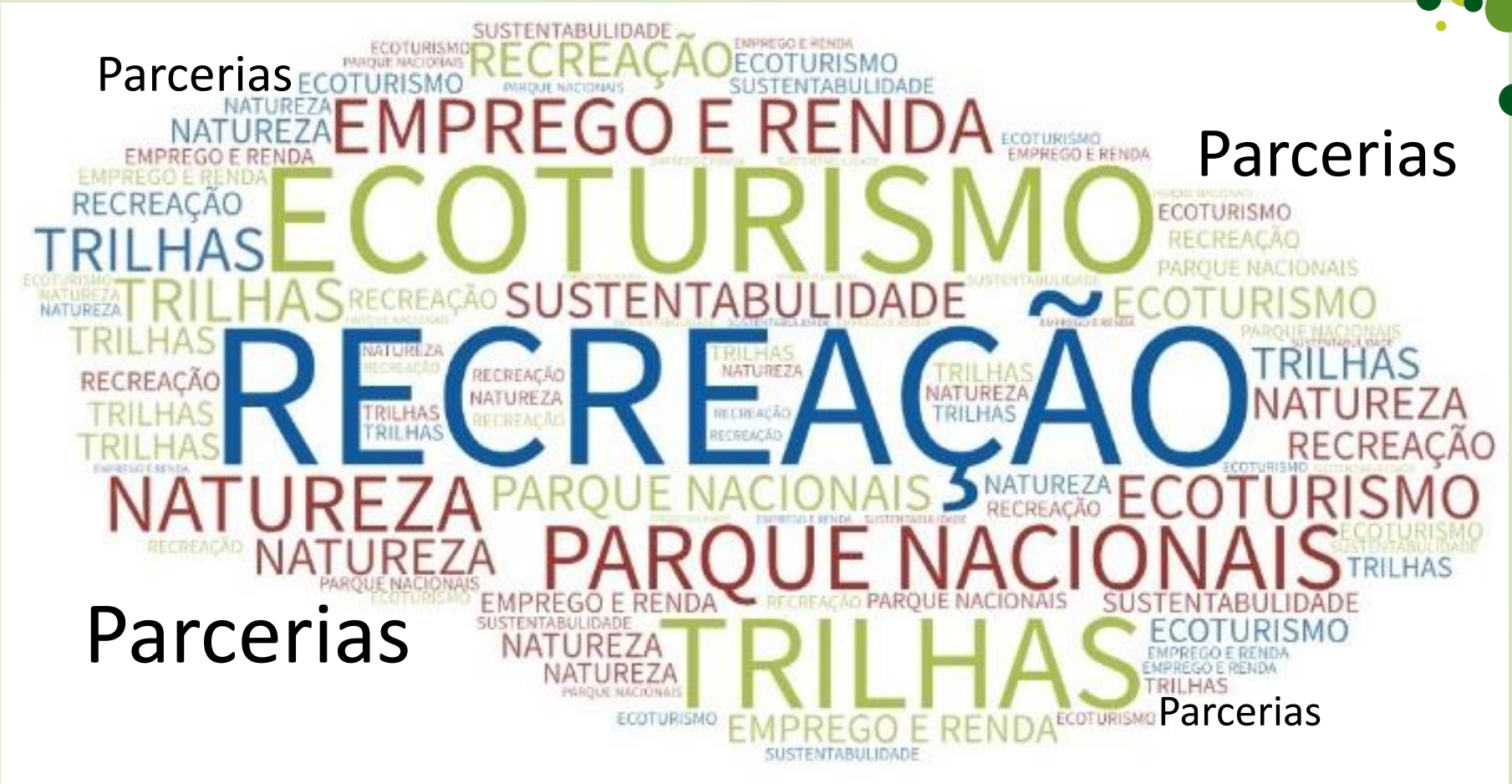
Fonte: Relatório de auditoria TCU

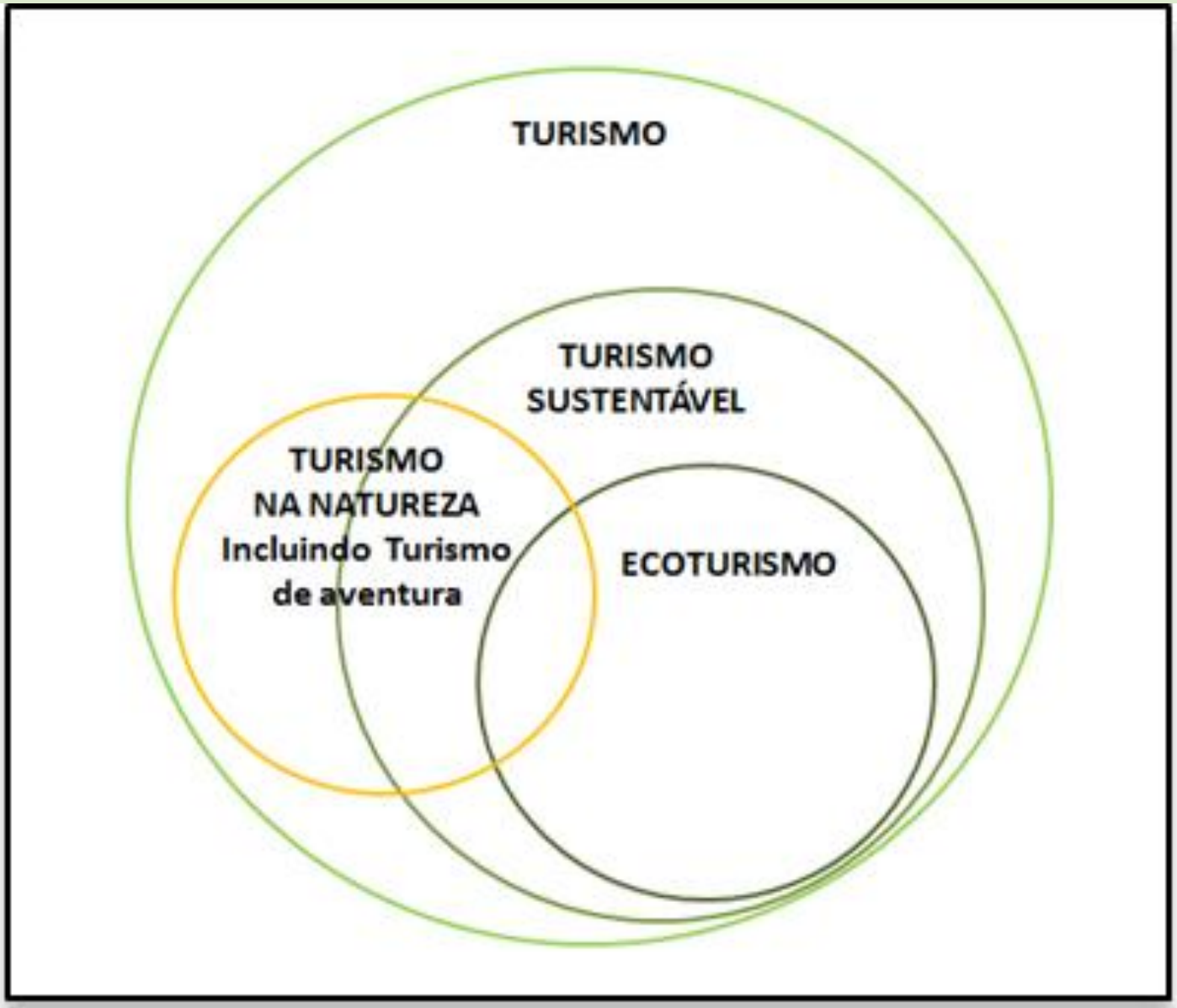
Índice de Implementação e Gestão das Ucs Federais e Estaduais no Bioma Amazônia



Fonte: Equipe de auditoria TCU

CHAVE? PARCERIAS!!!


Parcerias
Parcerias
Parcerias
Parcerias
SUSTENTABILIDADE
RECREAÇÃO
ECOTURISMO
EMPREGO E RENDA
NATUREZA
TRILHAS
ECOTURISMO
RECREAÇÃO
SUSTENTABILIDADE
ECOTURISMO
NATUREZA
PARQUE NACIONAIS
PARQUE NACIONAIS
TRILHAS
EMPREGO E RENDA

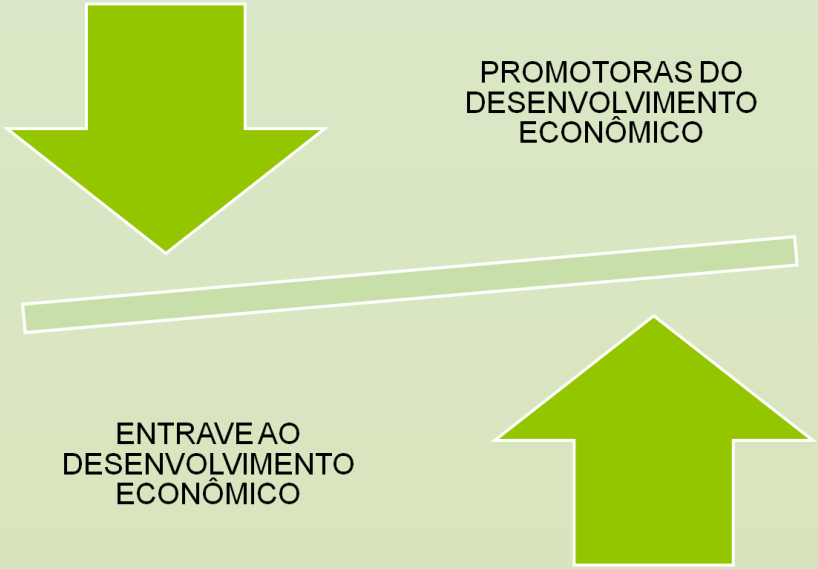

TURISMO
TURISMO SUSTENTÁVEL
TURISMO NA NATUREZA Incluindo Turismo de aventura
ECOTURISMO

ROVAP – ROL DE OPORTUNIDADES PARA VISITANTES EM ÁREAS PROTEGIDAS

			PRISTINO	PRIMITIVO	RUSTICO NATURAL	RURAL	URBANO
		ENTORNO BIOFÍSICO					
1	GRADO DE NATURALIDAD	Alteración de Vegetación, Terrestrial					
2		Alteración de Vegetación, Ríos					
3		Evidencia de Actividad Humana					
4		Tipo de Acceso					
5		Tamaño de Área					

USO PÚBLICO

- FERRAMENTA DE CONSERVAÇÃO
- APROXIMA E ENVOLVE A SOCIEDADE
- INDUZ O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Visitação e Uso Público

67

UC com registro de visitantes

10.734

Benefícios econômicos da visitação

- ✓ R$ 8,6 bilhões em vendas
- ✓ R$ 3,1 bilhão em valor agregado ao PIB
- ✓ R$ 2,2 bilhões em renda para os municípios
- ✓ 80 mil empregos diretos e indiretos gerados

Maiores contribuições (vendas diretas):

Hospedagem: R$ 613 milhões
Alimentação: R$ 432 milhões

Total gerado de impostos (incidentes em vendas diretas e remuneração):

Municipais: R$ 144 milhões
Estaduais: R$ 402 milhões
Federais: R$ 268 milhões

"1 para 7" – A cada R$ 1 investido nas unidades de conservação, R$ 7 são gerados na economia local

PARCERIA Nº 1 = SOCIEDADE, USUÁRIOS

Diversificação de oportunidades

Levantamentos realizados pelo ICMBio:

- Mapeou 58 atividades recreativas nas UC.
- Identificou as atividades mais ofertadas: caminhada, caminhada de longo curso, banho, observação de fauna, fins educativos e cicloturismo.

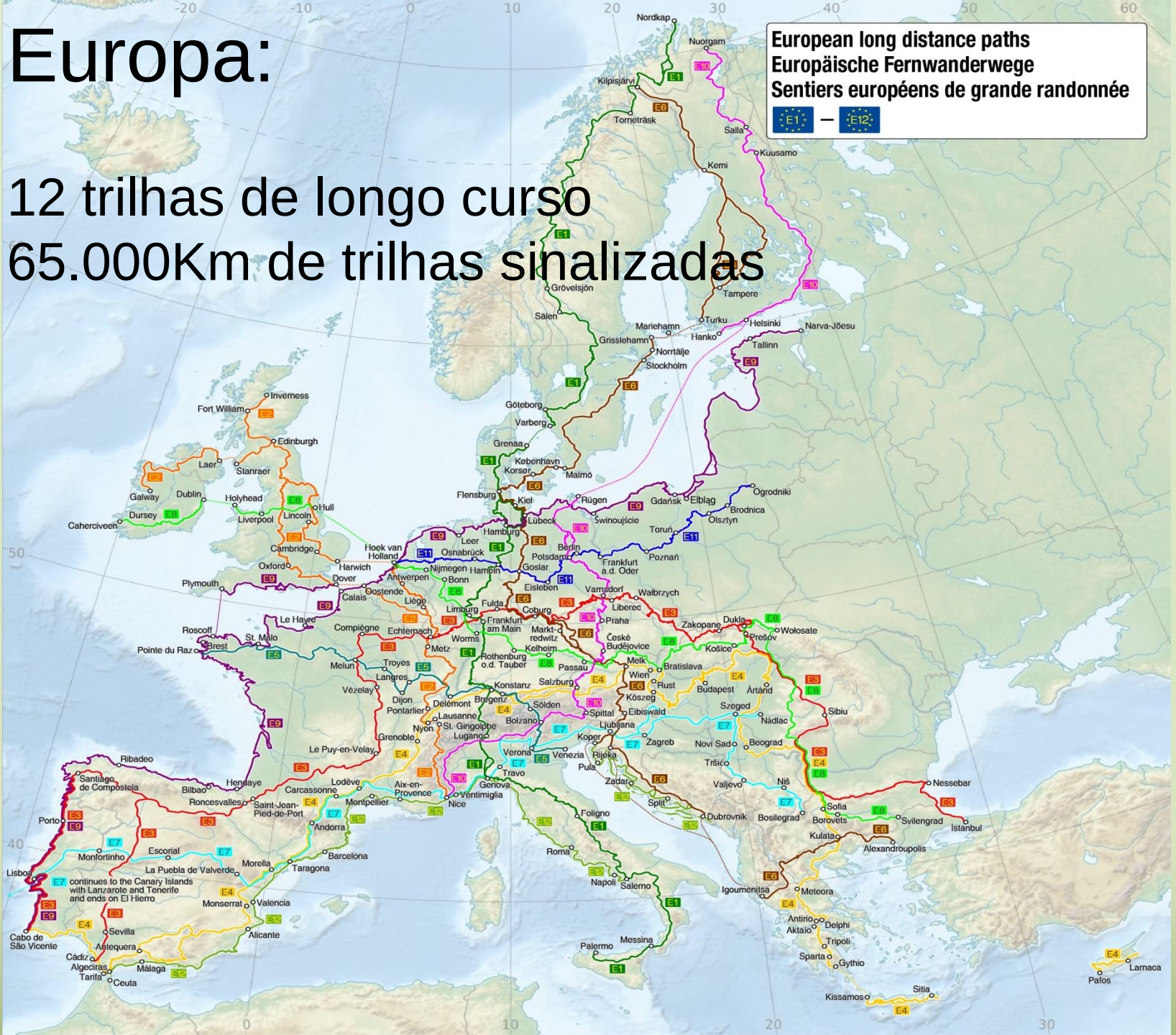
"As trilhas representam o principal equipamento para o acesso e desenvolvimento do uso público nas UC."

O que são trilhas de longo curso?

O sistema nacional de trilhas dos Estados Unidos Inclui mais de 95 mil km de trilhas sinalizadas

Europa:

12 trilhas de longo curso
65.000Km de trilhas sinalizadas



No Brasil:

Reconhecimento oficial de trilhas de longo curso como estratégia de conectividade

PORTARIA CONJUNTA MMA/MTUR/ICMBIO Nº 407, DE 19 DE OUTUBRO DE 2018:

Estabeleceu a Rede Nacional de Trilhas e Conectividade de Paisagens

RedeTrilhas

SISTEMA BRASILEIRO DE TRILHAS DE LONGO CURSO
Legenda
Corredor Litorâneo
Caminhos Coloniais
Caminho dos Goyazes
Caminho do Peabiru
Unidades de Conservação
0
1.500
km
N

REDE BRASILEIRA DE TRILHAS DE LONGO CURSO

O que estas trilhas tem em comum?

Sinalização pragmática:

Voluntariado e Parcerias

- **Inclusão social;**
- **participação da população local;**
- **melhoria do padrão de vida das populações envolvidas;**
- **geração de empregos diretos e indiretos;**
- **valorização cultural e da identidade local;**
- **conservação dos recursos naturais;**
- **satisfação e qualidade da experiência dos visitantes;**
- **cooperação público-privada;**
- **gestão social, empresarial e governamental, baseada em ferramentas de marketing e de inovação nos negócios**.

Investimento relativamente baixo e retorno relativamente alto

MODALIDADES FORMAIS DE PARCERIA

ACORDOS PARA GESTÃO OU APOIO A GESTÃO

LEI 13.019/15

DEPENDE DE **CHAMAMENTO PÚBLICO**

Exceções:

- Natureza singular do objeto da parceria (Art. 30 e 31)
- Associações representativas das populações tradicionais beneficiárias de unidades de conservação (LEI 13.668/18)

(não se aplica a entes públicos)

- Prefeituras;
- Universidades;
- Governos dos Estados;
- Associações;
- Conselhos;
- Instituições privadas;
- Organismos internacionais;
- Organizações da Sociedade Civil...

Instrumentos: termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação

PLANO DE TRABALHO

MODALIDADES FORMAIS DE PARCERIA

ALGUNS EXEMPLOS

SOS MATA ATLÂNTICA

Ações conjuntas para fornecimento de suporte físico, operacional e logístico à administração e gestão do Parque.

APA Costa dos Corais

APA do Cairuçu

PN Tijuca

REBIO Atol das Rocas

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL Brasil

Apoiar a criação, consolidação, manutenção e fortalecimento institucionais das UC da Bahia e Espirito Santo.

PNM Abrolhos

PN Pau Brasil

Resex Cassurubá

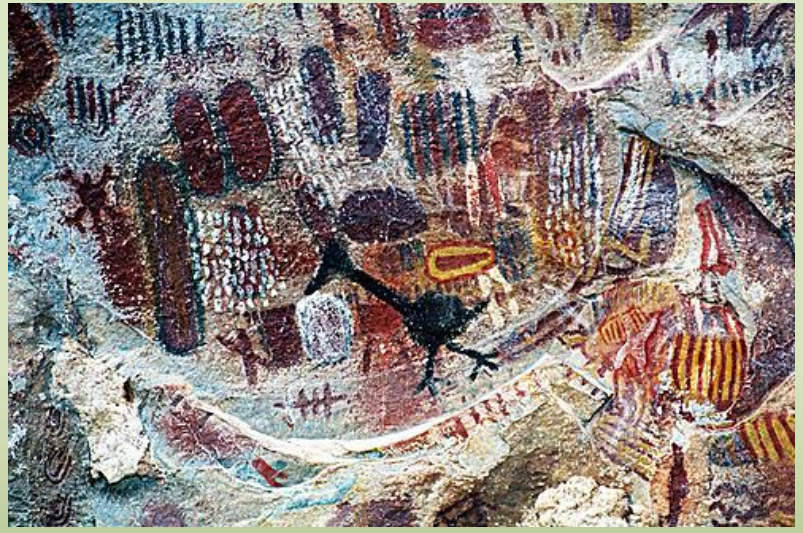
Resex Corumbau

MODALIDADES FORMAIS DE PARCERIA

ALGUNS EXEMPLOS

Cooperação mútua na gestão do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, MG com o Instituto Ekos Brasil para ações administrativas e logísticas de apoio à execução do programa de uso público do parque

Primeiro acordo decorrente de Chamamento

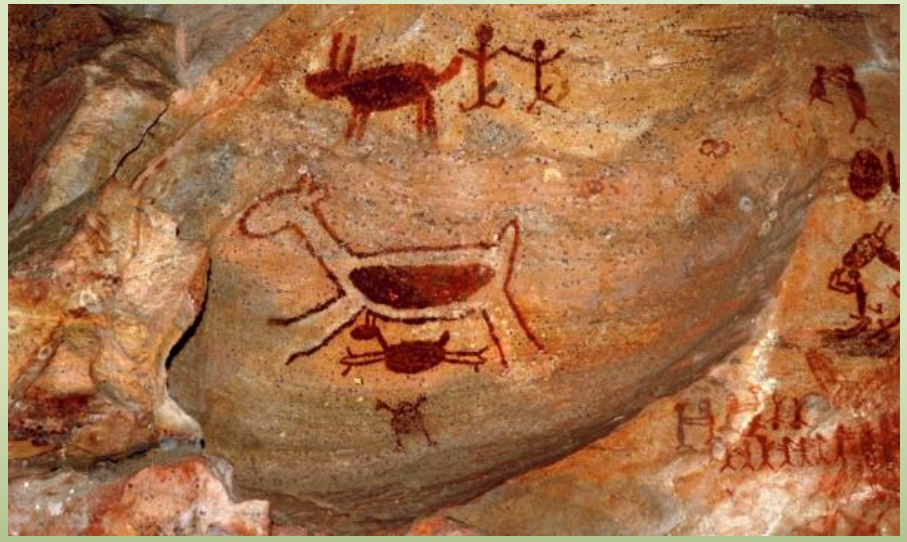


MODALIDADES FORMAIS DE PARCERIA

ALGUNS EXEMPLOS

Termo de Parceria para a **Gestão Compartilhada** do Parque Nacional da Serra da Capivara, PI com a Fundação do Homem Americano – FUNDHAM. Envolve todas as ações com exceção daquelas exclusivas do Estado (fiscalização, autorizações, etc)

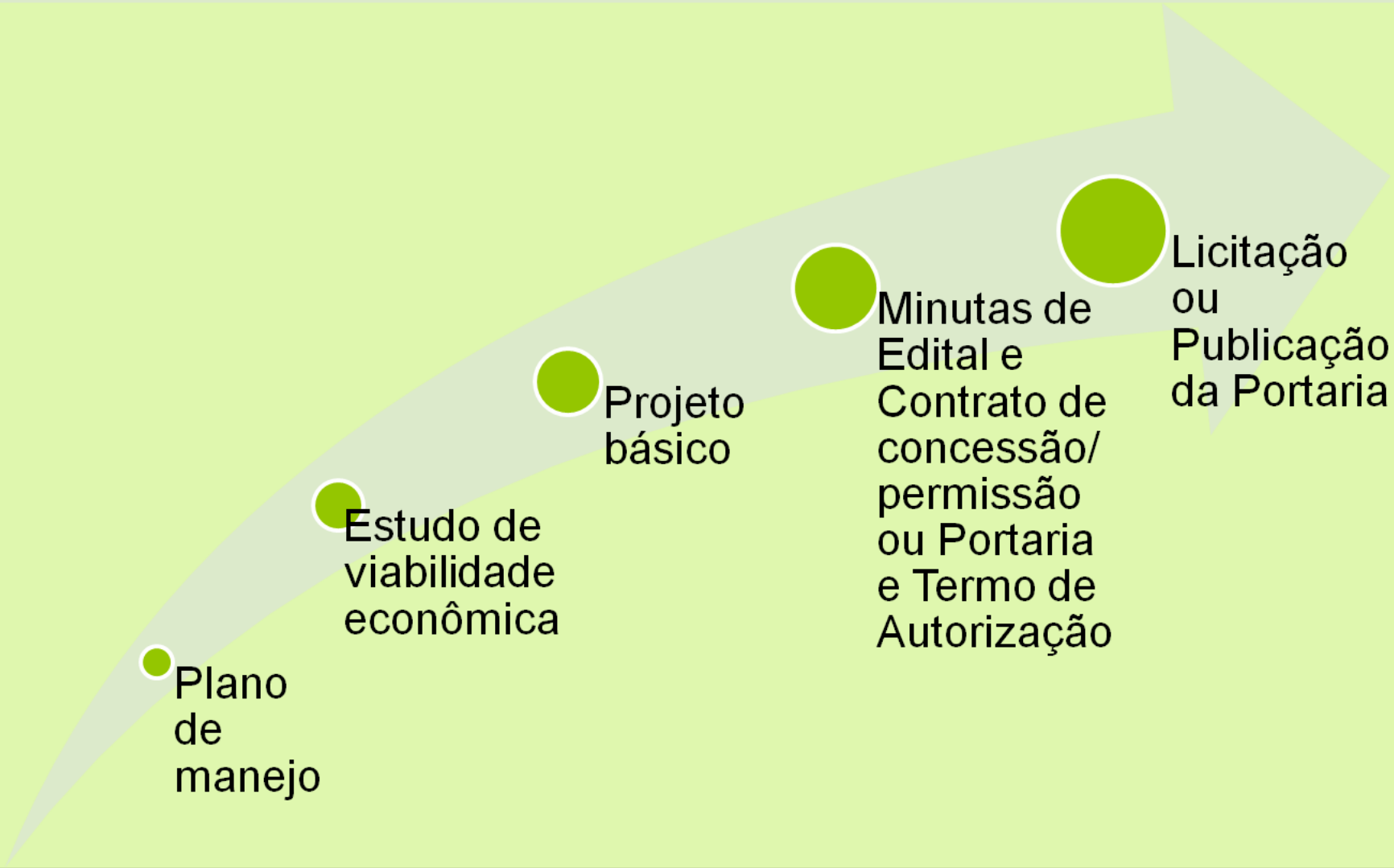
Gestão Compartilhada – Lei do SNUC



MODALIDADES DE DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS

- Concessões – processo competitivo, contrato de longo prazo
- Permissões – processo competitivo, ato, curto prazo
- Autorizações – portaria de autorização e cadastramento
- Parceria Público-Privada

DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS



DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS

ESTUDOS PARA DAR SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA E JURÍDICA AO PROCESSO DE DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS NAS UNIDADES.

AÇÕES: ESTUDO DE DEMANDA, MODELAGEM ECONÔMICA, MODELAGEM JURÍDICA, PROPOSIÇÃO DE NOVAS ATIVIDADES.

BASE LEGAL

DIREITO AMBIENTAL

Lei 9.985 SNUC

Art.33 - Exploração comercial de produtos, subprodutos **ou serviços** obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos ou cênicos ou culturais ou da exploração da imagem em unidade de conservação, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento (exceto APA e RPPN)

Decreto 4.340

Art. 25 - É passível de Autorização a exploração de produtos, subprodutos ou serviços para implementação das atividades de visitação, recreação e turismo.

Art. 29 - A autorização deve estar fundamentada em estudos de viabilidade econômica.

BASE LEGAL

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei n° 13.668/18

Art. 14C - Poderão ser concedidos serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza, precedidos ou não da execução de obras de infraestrutura, mediante procedimento licitatório regido pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

AUTORIZAÇÃO

Ato administrativo pelo qual o Poder Público consente que determinado indivíduo utilize bem público de modo privativo.

Baixa complexidade

Não exclusividade (satisfeitos os requisitos)

Investimentos de pequena monta (na operação)

AUTORIZAÇÃO

EXEMPLOS:

→ CONDUÇÃO DE VISITANTES

→ ATIVIDADES DE AVENTURA QUE NÃO NECESSITAM DE ESTRTURAS (GUIA DE ESCALADAS, MERGULHO AUTÔNOMO, PASSEIO EMBARCADO)

→ TRANSPORTE DE VISITANTES

PERMISSÃO

Ato administrativo pelo qual a Administração consente que certa pessoa, física ou jurídica, utilize privativamente bem público.

Licitação ou chamamento público (quando não houver exclusividade)

Baixo investimento na UC

Contratos de curto prazo

PERMISSÃO

EXEMPLOS:

→ PEQUENOS MEIOS DE HOSPEDAGEM (POUSADAS E CAMPINGS);

→ ATIVIDADES DE AVENTURA QUE NECESSITAM DE ESTRUTURA (ARVORISMO, TIROLESA, ALUGUEL DE BICICLETA);

→ PEQUENOS NEGÓCIOS (LANCHONETES, LOJAS DE CONVENIÊNCIA E SOUVENIR).

CONCESSÕES

Contrato administrativo pelo qual o Poder Público confere a pessoa jurídica ou consórcio de empresas o uso privativo de bem público.

Licitação

Contratos de longo prazo

CONCESSÕES

NÃO SÃO CONCESSIONADAS AS ÁREAS NEM O USO PÚBLICO

MAS SIM O: “USO PRIVATIVO DE BENS PÚBLICOS PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E ATIVIDADES DE APOIO AO USO PÚBLICO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO”

OU APENAS ... “SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO”

EXEMPLOS

TRANSPORTE INTERNO

LOJA DE PRODUTOS RELACIONADOS À UNIDADE

CAMPING / GLAMPING

SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM

ATIVIDADES DE AVENTURA

VENDA DE INGRESSO E CONTROLE DE ACESSO / SERVIÇOS ONLINE

SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

CENTRO DE VISITANTES

ESTACIONAMENTO

ALUGUEL DE BICICLETA

CONCESSÕES VIGENTES

IGUAÇU	TIJUCA	NORONHA	SERRA DOS ÓRGÃOS
• RESTAURANTE • TRANSPORTE DE VISITANTES • COBRANÇA DE INGRESSOS • VÔO PANORÂMICO • ALUGUEL DE BICICLETA • PASSEIO DE AVENTURA • LOJAS DE SOUVENIR	• TRANSPORTE DE VISITANTES • RESTAURANTE • ESTACIONAMENTO • COBRANÇA DE INGRESSO • LOJAS DE SOUVENIR	• MANUTENÇÃO DE TRILHAS • ALUGUEL DE BICICLETA • LOJAS DE SOUVENIR • COBRANÇA DE INGRESSO	• LOJAS DE SOUVENIR • CAMPING E ABRIGOS DE MONTANHA • ESTACIONAMENTO • COBRANÇA DE INGRESSO

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

CATARATAS DO IGUAÇU S.A.

PATRIMONIO MUNDIAL · WORLD HERITAGE · PATRIMOINE MONDIAL

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

macuco
safari

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS

- Cobrança de ingresso, abrigo de montanha, acampamento,
- Estacionamento, transporte interno e loja

PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

UMA DAS 7 MARAVILHAS
DO MUNDO MODERNO
CRISTO REDENTOR
CENTRO DE VISITANTES
COMPRE SEU
INGRESSO ONLINE
COMPRAR
CONHEÇA O
CENTRO DE VISITANTES
INFORMAÇÕES

PARQUE NACIONAL DA
TIJUCA

tremdo
corcovado.rio

PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA

Prestação de serviços de apoio à visitação pública e cobrança de ingressos

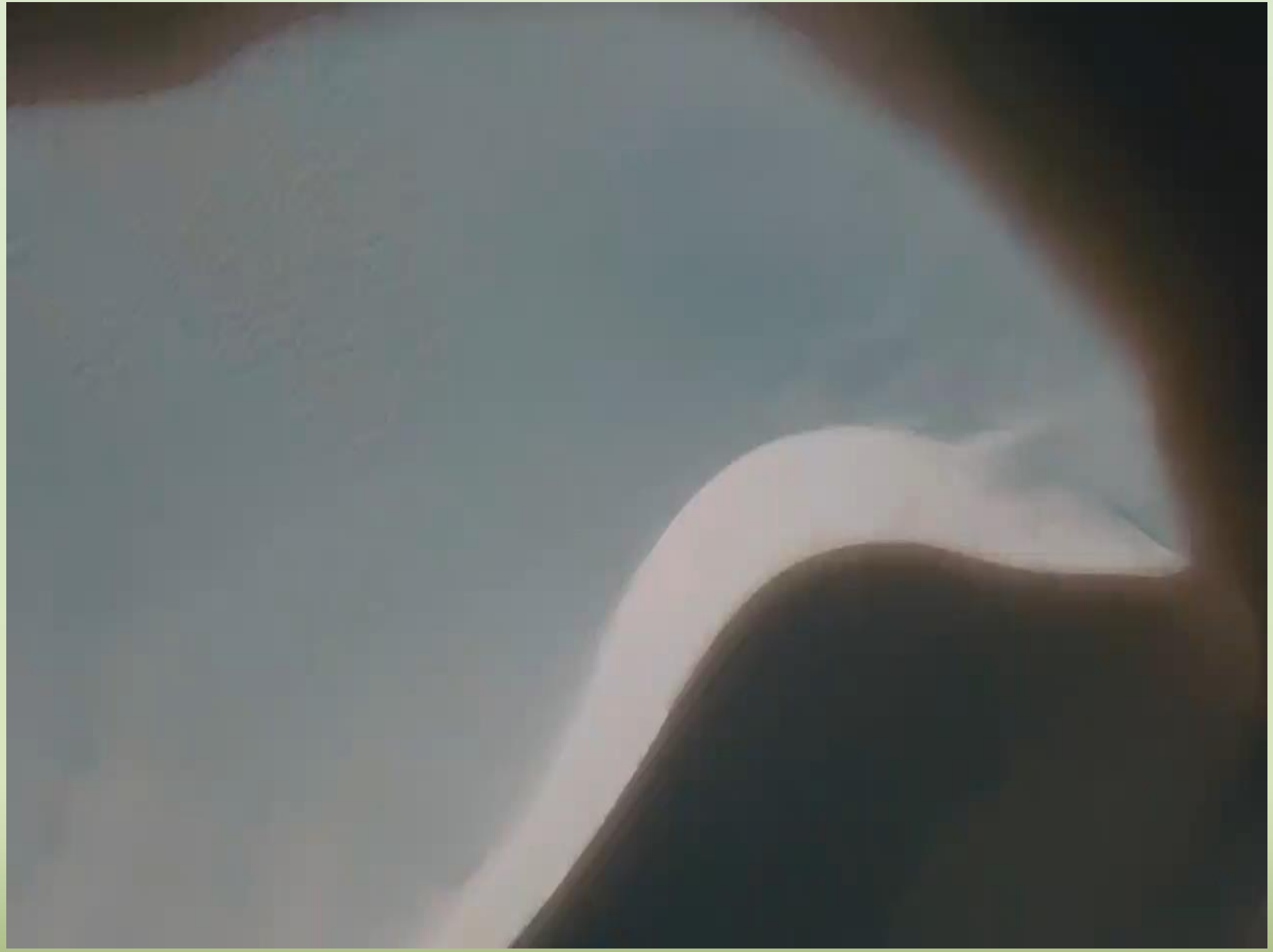
PLANEJAMENTO

EDITAIS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PARA LANÇAMENTO NOS PRÓXIMOS ANOS

- PN do Pau Brasil
- PN da Chapada dos Veadeiros
- PN dos Lençóis Maranhenses
- PN do Itatiaia
- PN da Serra da Bodoquena
- PN de Jericoacoara
- PN do Caparaó

- PN da Chapada dos Guimarães
- PN da Serra da Canastra
- PN de Aparados da Serra e da Serra Geral
- Floresta Nacional de Canela

...



INOVAÇÕES CONTRATUAIS: BONIFICAÇÃO

INDICADORES	*PERCENTUAIS DO MONTANTE DA BONIFICAÇÃO*
Fomento a pequenos produtores locais por venda de produtos produzidos por eles na área da concessão.	37%
Geração de empregos locais pela concessão.	37%
Capacitação dos empregados e residentes locais.	26%
Total:	**50% do valor percentual do ágio**

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - PPP

Lei 11.079/2004:
CONTRATO DE CONCESSÃO, PODEM SER CLASSIFICADOS DUAS MODALIDADES: :

PATROCINADA

- QUANDO ENVOLVER ADICIONALMENTE À TARIFA COBRADA DO USUÁRIO, CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DO PARCEIRO PÚBLICO AO PRIVADO

ADMINISTRATIVA

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO SUBSIDIADO INTEGRALMENTE PELO SETOR PÚBLICO

RESULTADOS

- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- INTEGRAÇÃO REGIONAL
- MELHORIA DOS SERVIÇOS E DA QUALIDADE DA EXPERIÊNCIA DO VISITANTE
- **MAIOR DISPONIBILIDADE PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADE CORE**

OBRIGADO

/ICMBio
/ICMBio
/ICMbio
icmbio.gov.br

bernardo.souza@icmbio.gov.br

10 ANOS

ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA